

INFOEXCLUÍDOS:**DIFICULDADE DE ACESSO EFETIVO ÀS TDICS PELOS DISCENTES ANTES E APÓS INGRESSO AO ENSINO SUPERIOR.¹**

Prof. Drº. Manoel Moura dos Santos.

Professor de Gestão da Inovação no curso de Administração da Faculdade Santa Helena

Email: manoelmoura7@gmail.com

Resumo

O tema inclusão digital, inclusão social e inclusão educacional tem sido objeto de debates no meio acadêmico, no mundo empresarial e no governo. As ações de projetos nessa área têm sido divulgadas, discutidas e recebidas por toda a sociedade. Entretanto, após a participação nesses projetos, não se conhece o destino dos que participaram de programas de inclusão social e digital. Pode-se afirmar que se tornaram digitalmente incluídos, e, da mesma forma, pode-se dizer que se tornaram socialmente incluídos? Esses projetos de fato atingiram seus objetivos iniciais quanto aos objetivos propostos? Este artigo faz uma revisão dos principais autores interessados no tema e discute modelos de avaliação de projetos de inclusão digital e seu impacto enquanto inclusão social. Por outro lado, busca avaliar e comprovar a dificuldade de acesso efetivo às TDICs pelos discentes antes e após ingresso ao ensino superior. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo descritivo, buscando atingir o objetivo. Verificou-se que a maioria tinha dificuldade de acesso às TDICs na Educação Básica e isso pode contribuir para exclusão de estudantes quanto ao ingresso no Ensino Superior. Contudo, após ingresso no Ensino Superior, os participantes da pesquisa em sua maioria, possuem acesso à Internet assim como possuem equipamentos que possibilitam a execução de suas atividades para um bom desenvolvimento acadêmico.

Palavras-chave: Inclusão Digital; Inclusão Social; Inclusão Educacional.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade do século XXI busca adaptar suas atividades reais as esferas virtuais das redes e das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDCs). As TDICs podem contribuir e dá continuidade a atividades da vida real, uma vez que esta está cada vez mais regulada pelas ferramentas tecnológicas. Neste contexto, são por meio de acesso as tecnologias mais abrangentes tais como: celulares e computadores, que é possível estabelecer relações pessoais e profissionais buscando inclusão no mundo globalizado.

Estamos vivendo num “mundo fugaz”, em mudança rápida, no qual as fundações sociais, econômicas, culturais e políticas da sociedade estão sendo redefinidas numa base contínua (GIDDENS, 2000). A tão propalada globalização da sociedade manifesta-se, hoje

¹ Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada com os alunos do 1º e 2º períodos do curso de Bacharelado em Administração da Faculdade Santa Helena.

em dia, de vários modos, tais como uma aparente aceleração do tempo, um encolhimento de espaço e uma reconfiguração das relações sociais, segundo linhas internacionais.

Obviamente, um dos principais aceleradores dessas novas formas de sociedade e de economia foi o desenvolvimento rápido de novas telecomunicações e de tecnologias de computação, nessas três últimas décadas. Os fluxos globais de dados, serviços e pessoas, que caracterizam a economia mundial do conhecimento, são sustentados pelas tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDICs). Do comércio eletrônico (e-commerce) ao aprendizado eletrônico (e-learning), as TDICs, como a internet e outros sistemas de telecomunicações mundiais, são os principais canais através dos quais a sociedade contemporânea é encenada.

Nesse sentido, o conhecimento é um dos principais fatores que contribui na superação das desigualdades sociais. O acesso aos serviços das TDICs é fundamental para a não exclusão, ou seja, sem este acesso um indivíduo não pode estar plenamente inserido e munido de seus direitos para exercer sua cidadania. Assim, percebe-se que “é urgente trabalhar no sentido da busca de soluções efetivas para que as pessoas dos diferentes segmentos sociais e regiões tenham amplo acesso à Internet, evitando assim que se crie uma classe de infoexcluídos” (TAKAHASHI, 2000, p.31). A cultura da sociedade da informação ainda não foi totalmente incorporada pela escola brasileira. Dessa forma, são necessárias ações para penetração da Internet nas escolas, mas com uma visão educativa e inclusiva para a real democratização das tecnologias em nossa sociedade.

Não podemos ver a sociedade contemporânea como oferecendo os mesmos benefícios para todos. Nesta era globalizada e centrada na tecnologia, indivíduos, grupos, organizações e países podem ser tão conectados ou isolados, tão beneficiados ou desfavorecidos quanto antes. Fundamentalmente, essas desigualdades também estão se reconfigurando segundo linhas diferentes, em particular, tanto dentro como entre grupos sociais. Por isso mesmo, este artigo parte da premissa de que os formuladores de políticas precisam responder urgentemente ao uso das TIC na sociedade do século XXI. É importante reconhecer, de saída, que esta é uma necessidade social, econômica, cultural e política, assim como tecnológica.

Diante do exposto, será que inclusão social e inclusão digital estão interligadas em seus propósitos, suas metodologias e seus grupos sociais a quem destinam suas ações? Será que a inclusão digital é um caminho para a inclusão social? Não se pode pensar em inserir socialmente um indivíduo sem o conhecimento das novas tecnologias da informação. Cidadãos inseridos social e digitalmente devem estar cotidianamente conectados aos

movimentos sociais e globais, o que exige formação, experiência e oportunidades para participarem e usufruírem do que ocorre.

Nessa perspectiva, este artigo se propõe, por um lado, a apresentar uma revisão de alguns dos principais autores sobre inclusão digital e sua contribuição para o processo de inclusão social pela inserção do indivíduo na sociedade e no mercado de trabalho com base no Modelo de Avaliação de Programa de Inclusão Digital e Social (MAPIDS) e na matriz de análise de projetos de inclusão digital, propostos respectivamente por Brandão (2009) e Lemos (2007). Por outro lado, busca avaliar e comprovar a dificuldade de acesso efetivo às TDICs pelos discentes antes e após ingresso ao ensino superior. Posteriormente, ação formativa será realizada no sentido de dirimir e contribuir para não exclusão dos estudantes no meio acadêmico e preparação para exercer sua profissão neste sentido e no desenvolvimento e domínio das TDICs para melhoria da educação.

2 INCLUSÃO DIGITAL, SOCIAL E EDUCACIONAL

Atualmente, vivencia-se um processo tecnológico cujos resultados ainda são de difícil percepção em sua totalidade e completude. Quando se realiza uma operação financeira diretamente em um terminal de atendimento, por exemplo, implicitamente se executam várias operações, como saques, emissão de extrato bancário, e, por mais simples que seja o conhecimento necessário, os cidadãos já interagem com as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação - TDICs. Diante de situações como essa, aprender a lidar com as TDICs é uma necessidade premente. Nesse novo cenário mundial, foi criado no Brasil, o programa "Sociedade da Informação", cujo objetivo seria (TAKAHASHI, 2000):

[...] integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do país tenha condições de competir no mercado global. A execução do Programa pressupõe o compartilhamento de responsabilidades entre os três setores: governo, iniciativa privada e sociedade civil (p.10).

A sociedade da informação é caracterizada pelos trabalhadores do conhecimento, no qual usam suas habilidades na criação, geração e disseminação de novos conhecimentos. Essa sociedade tecnológica e organizada socialmente na geração, no processamento e na transmissão da informação, cria a cada dia novas fontes de produtividade demandadas pelo mercado por exigência da globalização. Essa sociedade está pautada no desenvolvimento intelectual dos indivíduos para realizar tarefas que agregam novos conhecimentos e capacidades que contribuem para a inovação tecnológica, principal motor no desenvolvimento econômico mundial. Dentre as preocupações do governo brasileiro, com

ações no âmbito do programa Sociedade da Informação é diminuir a exclusão digital.

Entretanto, Lemos (2007, p.16) pondera:

A grande questão reside em como lidar com a exclusão digital existente no país, como o Brasil, que conta com altos índices de pobreza e analfabetismo. É certo que a pobreza e o analfabetismo se constituem como problemas que precisam ser sanados com urgência. Mesmo assim, não há como pensar a exclusão digital em segundo plano, visto que o desenvolvimento das tecnologias se dá cada vez mais rapidamente e o abismo existente entre incluídos e excluídos tende a aumentar .

O aprendizado e a disseminação do uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) podem diminuir a pobreza e o analfabetismo. Na perspectiva do domínio das TDICs pelo cidadão comum, é viável a geração de novas oportunidades no mercado de trabalho, nas relações com outras comunidades, fomento às novas habilidades e à criatividade e, conseqüentemente, uma nova visão social e exercício da cidadania (LEMOS 2007, p. 16). Na opinião de Silveira (2001):

[...] a exclusão digital impede que se reduza a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e boa parte da produção cultural da sociedade vão migrando para a rede, sendo praticadas e divulgadas por meio da comunicação informacional. Estar fora da rede é ficar fora dos principais fluxos da informação. Desconhecer seus procedimentos básicos é amargar a nova ignorância (p. 18).

Mas o que é mesmo a "exclusão digital" e como acontece? Nos Estados Unidos, segundo Eisenberg e Cepik (2002), as discussões ocorrem frequentemente no seguinte sentido:

[...] o tema exclusão digital é apresentado de maneira simplista: ou seja, como um problema cuja solução depende unicamente da universalização do acesso aos computadores e às conexões com a Internet, em qualquer esfera de atividade, seja na saúde, na educação ou na política [...] (p. 238).

Buré (2005), em um estudo realizado com excluídos digitais representados por moradores de rua escoceses, afirma que a Inclusão Digital não necessariamente leva à inclusão social:

[...] Foi aberto a estes excluídos socialmente o acesso, através das bibliotecas públicas, de um instrumental de condições de acesso digital, como a doação de um celular aberto, uma conta de email aberta, acesso ilimitado a web e aos computadores das bibliotecas públicas que permeassem sua passagem. Após algum tempo se reexaminou o grupo estudado e foi verificado que a inclusão digital em nada contribuiu ou ocasionou qualquer inclusão social ou sequer uma modificação qualitativa na vida das pessoas daquele grupo (BURÉ, 2005, p. 117).

Os resultados do estudo contradizem alguns pesquisadores brasileiros, como Silveira (2001) e Lemos (2005), e fortalecem argumentos de Demo (2005) e Martini (2005), o que evidencia a não linearidade entre inclusão digital e inclusão social. Variáveis relacionadas com o ambiente social e econômico, o papel do Estado, e a representação social do

significado de bem-estar social, entre outras, são tão relevantes quanto o acesso às tecnologias da informação e da comunicação. Assim, o acesso à informação é uma importante oportunidade de aprendizado, poder e interação, mas pode ser também fonte de desintegração, exclusão social e pobreza, quando esse acesso não se dá de forma uniforme. Mattelart (2002) afirma que se criou uma "marginalização informacional": a divisão entre ricos e pobres de informação. Por isso, a sociedade busca minimizar essa divisão por meio de várias ações que vêm sendo chamadas de inclusão social e digital. A primeira relaciona-se com a participação ativa do cidadão em ações na comunidade, no governo e na sociedade civil, enquanto inclusão digital diz respeito a ações que buscam inserir o cidadão por meio do aprendizado, oferecendo-lhes as habilidades necessárias para manipular a tecnologia de acesso à informação.

Moreira (2006) apresenta uma visão no sentido de que a inclusão social nada mais é do que proporcionar às populações excluídas as oportunidades necessárias para se viver com qualidade através de acesso a bens materiais, educacionais e culturais. Demo (2005) critica as práticas de inclusão social, que tendem a gerar o reverso de sua intenção inicial. Isto é, a inclusão não é aceita em sua plenitude. Sendo inevitável a penetração das novas tecnologias, os pobres estarão dentro, mas como excluídos. Serão incluídos, de qualquer maneira, à margem. Martini (2005) afirma que inclusão digital objetiva tão somente o uso livre da tecnologia da informação como forma de ampliar a cidadania e combater a pobreza, além da inserção na sociedade da informação e o fortalecimento do desenvolvimento local.

Em sua obra sobre a política social do conhecimento e novos desafios, Demo (2000) declara que as oportunidades das pessoas estarão cada vez mais condicionadas pelo manejo do conhecimento, passando este à vantagem comparativa mais decisiva. Em consequência, os futuros possíveis se orientarão mais pela educação do que pela assistência. Outros autores buscam retratar a questão da inclusão social numa ótica positiva::

[Inclusão Social] pode ser entendida como a ação de proporcionar para populações que são social e economicamente excluídas - no sentido de terem acesso muito reduzido aos bens (materiais, educacionais, culturais etc.) e terem recursos econômicos muito abaixo da média dos outros cidadãos - oportunidades e condições de serem incorporadas à parcela da sociedade que pode usufruir esses bens. Em um sentido mais amplo, a inclusão social envolve também o estabelecimento de condições para que todos os habitantes do país possam viver com adequada qualidade de vida e como cidadãos plenos, dotados de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política que os capacitem a agir de forma fundamentada e consciente (MOREIRA, 2006, p. 1).

Mais crítico, Demo (2005, p. 36) argumenta que "inclusão social tornou-se palavra fácil, cujas práticas tendem a ser o reverso", e cita como exemplo a progressão automática

na educação, onde o aluno independente de seu desempenho consegue concluir o ensino médio. O caso do Programa Bolsa Família é emblemático: ele muda a situação do indivíduo? Demo (2005, p. 36) questiona se o que ocorre atualmente é realmente inclusão social e reafirma: "Facilmente aceitamos como inclusão social a inclusão na margem. Os pobres estão dentro, mas dentro lá na margem, quase caindo fora do sistema. Continuam marginalizados." Então, se a inclusão na margem é aceita, será que a inclusão digital, inclui socialmente o indivíduo? Alguns pesquisadores têm buscado responder a isso se posicionando sobre o objetivo da inclusão digital, como Martini (2005):

[Inclusão Digital] objetiva tão somente o uso livre da tecnologia da informação, com a ampliação da cidadania, o combate à pobreza, a garantia da privacidade e da segurança digital do cidadão, a inserção na sociedade da informação e o fortalecimento do desenvolvimento local (p. 2).

Mas há ressalvas. Demo (2005), tratando especificamente da educação, afirma:

Os alunos mais pobres ficarão fora, naturalmente, até porque ainda é impensável ter computador em casa e, muitas vezes, na escola. Ficar fora, entretanto, precisa ser visto dialeticamente, porque, sendo inevitável a penetração das novas tecnologias, os pobres estarão dentro, mas como excluídos. Serão incluídos, de qualquer maneira, na margem (p. 38).

Isso seria o desafio da inclusão digital, no qual Demo (2005, p. 38) destaca que "emergem pelo menos dois grandes horizontes: enfrentar o atraso tecnológico, para não ficar para trás definitivamente; enfrentar a precariedade da escola pública, para não permitir que a população seja incluída na margem". Nessa linha, Werthein (2000), ao destacar a expressão "Sociedade da Informação" como o substituto para o conceito complexo de "Sociedade Pós-industrial", está preocupado com a forma de transmitir o conteúdo específico do "novo paradigma técnico-econômico. A expressão "Sociedade da Informação", de acordo com Werthein (2000),

[...] passou a ser utilizada, nos últimos anos [do século XX], como substituto para o conceito complexo de 'sociedade pós-industrial' e como forma de transmitir o conteúdo específico do 'novo paradigma técnico-econômico'. A realidade que os conceitos das ciências sociais procuram expressar refere-se às transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como 'fator-chave' não mais os insumos baratos de energia - como na sociedade industrial - mas os insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e telecomunicações (p. 71).

A Sociedade da Informação, independente de definição, impacta diretamente o desenvolvimento da sociedade por viabilizar novos produtos e serviços. Para além de sua vinculação com o desenvolvimento financeiro, ela traz potencialmente oportunidades para a promoção e expansão de práticas educacionais, trabalhos de cooperação e fomento à interação via redes sociais. Esta compreensão inicia-se nos meios acadêmicos pelos

investimentos em pesquisa para geração de novas tecnologias para tratamento e qualificação dos meios da informação, passando pelas empresas e pelos indivíduos que interagem, remodelam e redistribuem as informações. Segundo Masuda (1982), essa nova sociedade, a do Conhecimento, está baseada na produção de valores informacionais intangíveis, substituindo os tangíveis, sobressaindo a indústria do conhecimento pelo uso compartilhado dos bens. Para ele, essa sociedade será uma comunidade voluntária, em prol do social. Assim como Masuda, Drucker (1997, p. XVI-XVII) defende que o conhecimento será o diferencial nessa nova sociedade pós-industrial. Essa sociedade, embora não sendo não capitalista e nem anticapitalista, terá no mercado o caminho para sua integração econômica. A questão social que se coloca, mesmo nos países desenvolvidos, relaciona-se à oferta da educação necessária para a formação dos trabalhadores do conhecimento, que deverão se tornar um dos principais grupos sociais da Sociedade do Conhecimento.

A sociedade do Conhecimento é o resultado de uma revolução promovida pela Tecnologia Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) que facilitou a integração de métodos e processos de produção, combinando infraestrutura (*hardware*) e programas de computadores (*software*) para automatizar a coleta, o processamento, a distribuição e a utilização da informação. Isso só foi possível graças à Telemática, indústria baseada no uso dos computadores associada às telecomunicações, incluindo a Internet e a rede para o transporte de dados. O uso das redes de comunicações, interligadas através do telefone, cabos de fibra ótica, ondas de rádio (*wireless*), satélites, possibilitam o envio de mensagens, textos, imagens e dados em geral para qualquer ponto do planeta, desde que haja o meio para esta conexão. Esses meios tornam as informações disponíveis a todos nesta grande rede. É neste sentido que Silveira (2001) ressalta a necessidade de três instrumentos básicos para que os indivíduos participem ativamente da sociedade: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso. A ausência de qualquer um deles caracterizaria, portanto, a exclusão digital.

O acesso e participação em um mundo no qual a disseminação da informação se realiza predominantemente pelas TDICs tornaram-se essenciais para a inclusão social. Uma das formas preferenciais de participação são as redes sociais virtuais em sua expressão enquanto comunidades virtuais. Castells (1999), ao discutir o novo paradigma técnico- econômico, concluiu que esta sociedade pós-industrial ou "informacional" aparece ligada à expansão e reestruturação do capitalismo desde a década de 80, na qual as redes sociais, e em especial as comunidades virtuais, desempenham importante papel. As mudanças promovidas pela revolução tecnológica em curso proporcionou novas

oportunidades e desafios ao fomentar a criação de um novo modelo de sociedade, a sociedade do conhecimento e da informação. Esse pensador vê uma "rede" como um conjunto de nós interconectados. Ele reconhece que as redes "constituem uma nova morfologia social de nossa sociedade, e a difusão da lógica das redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura" (p. 108). Com isso, para ele, "pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo". As redes sociais apoiadas por computadores tornaram-se um marco para as comunidades virtuais pelo uso de recursos como: e-mails, fóruns, lista de discussão, BBS, grupos de notícias, *chats* e os chamados *softwares* sociais, como Orkut, MSN, etc.

Castells (1999, p. 445-446) afirma que comunidades virtuais são "como uma rede eletrônica de comunicação interativa autodefinida, organizada em torno de um interesse ou finalidade compartilhado, embora algumas vezes a própria comunicação se transforme no objetivo". Tanto Castells (1999) como Lévy (1999) defendem que "redes" resumem-se apenas em uma grande estrutura global de redes interpessoais, comunitárias e de organizações conectadas à Internet. Atualmente as redes sociais estão cada vez mais difundidas pelo uso de recursos computacionais como e-mail, *sites* de relacionamentos, comunidades virtuais, etc, tornando-se, assim, fonte de pesquisa em redes sociais digitais.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com estudantes e professores da Faculdade Santa Helena (FSH) do subprojeto do curso de Bacharelado em Administração. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo descritivo, buscando atingir o objetivo. As informações foram obtidas através de uma entrevista semiestrutura. Para isso foi realizada uma reunião através da Internet numa rede social. As perguntas eram postadas e as respostas eram dadas logo em seguida. A reunião foi programada com um horário de comum acordo para todos os convidados e contou com participação de 90 participantes, 68 do sexo feminino e 22 do sexo masculino.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após tabulação das respostas dadas na entrevista, classificando-as segundo a frequência das mesmas, foi realizada análise para avaliar sobre o acesso às TDICs

pelos entrevistados. No que se refere ao ingresso do estudante à universidade, foi perguntado aos participantes se eles tinham acesso à Internet quando realizaram a inscrição online no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Verificou-se que 60% não tinham acesso, 20% tinham pouco acesso e apenas 20% tinham acesso. Diante destas respostas, é notório que a falta de políticas para a inclusão digital na Educação Básica dificulta a inserção dos jovens nas instituições superiores. Ainda, quando perguntados se eles tiveram dificuldade no processo de inscrição do ENEM (Figura 01) a maioria disse que sim.



Figura 01: Gráfico das dificuldades no processo de inscrição do ENEM.

A pesquisa mostrou que a maioria dos participantes da entrevista, considera que o aluno de Ensino Médio que não consegue se inscrever no SISU (Sistema de Seleção Unificada) por não ter acesso à Internet ou não saber acessar o sistema, sofre exclusão social (Figura 02). Relataram que conhecem pessoas, estudantes ou não, que não conseguiram se inscrever no ENEM por falta de acesso ou conhecimento das TDICs.

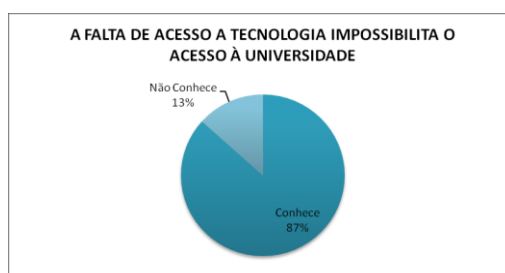


Figura 02: Gráfico do conhecimento de pessoas com falta de acesso a TICs

As escolas têm papel fundamental para a inserção de alunos ao nível superior. A incorporação do uso das TDICs na educação é uma das condições básicas destas instituições (SOUSA, 1999 apud SOUZA e SANTOS, 2013) para auxiliar esta inserção. O uso de tecnologias para aprimorar os resultados educacionais e promover a inclusão social na educação é importante tendo em vista os diversos públicos atuantes nestas. Quando perguntados se após ingresso no Ensino Superior tinham acesso à internet, 100% dos participantes responderam que sim. Logo, pode-se verificar que ao entrarem na universidade o acesso à tecnologia passou a ser constante na vida acadêmica e social desses estudantes. Ao serem perguntados de onde mais acessam a Internet, 71% dos participantes responderam que têm acesso somente em casa e apenas 29% acessam em casa e na Faculdade. Outra pergunta feita aos integrantes da pesquisa, foi sobre qual o equipamento que era mais utilizado pelos mesmos para a realização das atividades acadêmicas e escolares, mais da metade disse que era pelo notebook (Figura 03). Neste sentido, como os notebooks e celulares são de fácil locomoção, os jovens têm a preferência por esses objetos, facilitando o acesso à Internet tanto em casa como na universidade.

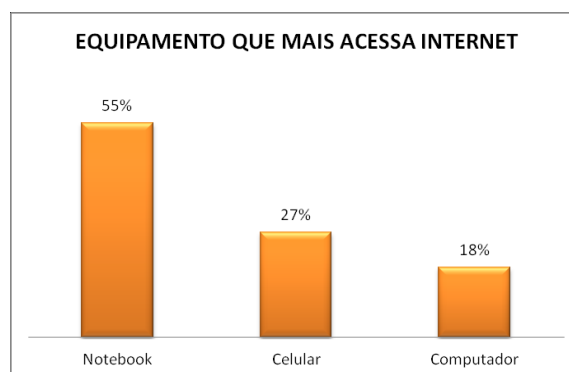


Figura 03: Gráfico dos equipamentos por onde mais acessa Internet.

Mediante as análises das perguntas aos participantes da entrevista, destaca-se a importância de se trabalhar com às TICs desde à Educação Básica, pois estas ferramentas podem contribuir não só no processo de ensino e aprendizagem, mas também para a inserção dos alunos ao Ensino Superior, já que para ingresso ao ensino superior é necessário ter noções básicas sobre a Internet e o uso de equipamentos, que dão acesso a inscrição do ENEM, SISU e outros sistemas. Além disso, o uso das TDICs após o ingresso ao ensino superior é importante não apenas para a execução dos trabalhos acadêmicos, interação, conhecimento colaborativo, mediação pedagógica, mas também para que os graduandos, principalmente os Bacharéis e Licenciados, adquiram aprendizagem no manuseio destas ferramentas, porque estas auxiliarão futuramente na sala de aula, na

criação de metodologias inovadoras que contribuam para o desenvolvimento cognitivo dos discentes, assim como na inserção das novas gerações ao mundo do conhecimento tecnológico.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho de pesquisa permitiu analisar a situação de alguns estudantes do curso de Bacharelado da Faculdade Santa Helena em Recife, quanto ao acesso à Internet antes e após ingresso no Ensino Superior. Por meio dos resultados obtidos verificou-se que os participantes da pesquisa em sua maioria, após ingresso no Ensino Superior, possuem acesso à Internet assim como possuem equipamentos que possibilitam a execução de suas atividades para obterem um bom desenvolvimento acadêmico. A utilização das TDICs pelos discentes, é importante na medida em que essa traz consigo uma facilidade para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e enriquecimento do conhecimento para a sua formação docente. Além disso, comprovou-se que a maioria tinha dificuldade de acesso às TDICs na Educação Básica e isso pode contribuir para exclusão de estudantes quanto ao ingresso no Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, M. F. R. Um modelo de avaliação de projeto de inclusão digital e social. 2009. Tese de Doutorado - Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Departamento de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília - DF, 2009.

BURÉ, C. E. Digital inclusion without social inclusion: the consumption of information and communication technologies (ICTs) in homeless subculture in central scotland. *The Journal of Community InformaTIC*, Vancouver, CA: Centre for Community Informatics Research, Training and Development, v. 2, n. 2, p.116-133, 2009. Disponível em: <<http://cijournal.net/index.php/ciej/article/view/251/212>>. Acesso em 24 set. 2008.

CASTELLS, M. A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

DEMO, P. Inclusão digital - cada vez mais no centro da inclusão social. *Inclusão Social*. Brasília: IBICT, n. 1, p. 36-38, 2005.

DRUCKER, P. Sociedade pós-capitalista. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Orgs.) *Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

EXCLUSÃO e inclusão digital na sociedade brasileira, 2013. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/informatica/artigos/29129/exclusao-e-inclusao-digital-na-sociedade-brasileira>>. Acesso em março/2015.

GIDDENS, A. *Runaway world: how globalisation is shaping our lives*. London: Routledge, 2000. [[Links](#)]

LEMOS, A. (Org). *Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

LEMOS, A.; COSTA, L. F. Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade de Salvador. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. Aracaju: Observatório de Economia e Comunicação (Obscom)/UFSE, v. 7, n. 3, 2005. Disponível em:

<<http://www2.eptic.com.br/arquivos/Revistas/VII,n.3,2005/AndreLemosLeonardoCosta.pdf>>. Acesso em 14 out. 2008.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTINI, R. Inclusão digital & inclusão social. *Revista Inclusão Social*. Brasília: IBICT, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/7/13>>. Acesso em 21 out 2008.

MASUDA, Y. *A sociedade da informação como sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1982.

MATELLART, A. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002.

MOREIRA, I. DE C. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. *Revista Inclusão Social*. Brasília: IBICT, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/29/50>>. Acesso em 21 out 2008.

SANTOS, R. Educação, TICs e inclusão/exclusão: o papel da escola na formação para o uso social das tecnologias. In: XIV Simposio Internacional Processos Civilizadores, 2012, Dourados. XIV SIPC 2012. Dourados, 2012. v. 1. p. 1-12.

SILVEIRA, S. A. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SOUZA, M. D. B. A.; SANTOS, M. S. F. Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) por alunos e alunas do PROEJA1 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL) – campus MARECHAL

DEODORO. *Revista Educação e Fronteiras On-Line*. V. 3, N. 8. Dourados, 2013, p.73- 90.

TAKAHASHI, T. (Org.) *O livro verde. A sociedade da informação no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em:

<<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html>>. Acesso em 08 jul. 2008.

WERTHEIN, J. *A sociedade da informação e seus desafios. Ciência da Informação*. Brasília: IBICT, v. 29, n. 2, 2000. p.71-77. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2008.